

## Construções e (des) construções do “Ser nacional”: a identidade brasileira revisitada

Mayra Coan Lago (Prolam/USP)

### Introdução

No final do século XIX o Brasil era notado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Lilia Schwarcz (1993) utilizando-se de Aimard e de Romero, escreve sobre o “festival de cores” ou a “sociedade de raças cruzadas” que o Brasil representava na opinião de certos viajantes europeus e de vários intelectuais nacionais. Nesse contexto é que João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças como representante do “país miscigenado”, realizado em julho de 1911, cuja tese apresentada era clara e direta: “*O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução*”. Acompanhando a tese, o ensaio trazia na abertura a reprodução de um quadro de M. Brocos, artista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, com a seguinte legenda: “*Le nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l’effet du croisement des races*” (SCHWARCZ, 1993, p.11).

Algumas teorias a respeito do que ou quem seria o “nacional” ou mesmo para dar “saída” para o destino do nacional foram criadas na época. Entre elas, destacamos a de Silvio Romero, a de Euclides da Cunha e a de Nina Rodrigues. Mais do que a crítica ou o reducionismo em considerar simplesmente uma cópia das ideias europeias, procuramos entender tais teorias no momento singular e criador, assim como as mesmas podem ter sido utilizadas em território nacional pelo governo.

A década de 1930 foi importante e crucial na medida em que o cenário mudou e que surgiram novas ideias a respeito do nacional e das “saídas” do mesmo. Como dizia em 1927 um professor da Faculdade de Direito de Recife: “*tudo mudou, o*

*tempo mudou, o espírito não podia ficar o mesmo*". Nesse sentido, retomaremos a influência de alguns intelectuais a respeito do nacional ou do "futuro" do mesmo, assim como, principalmente, o incentivo do governo de Getúlio Vargas para forjar o ser nacional.

Portanto, o objetivo do trabalho é refletir, ainda que brevemente e "panoramicamente", algumas das ideias das pelas quais o nacional ou o futuro do mesmo foi pensado, imaginado e criado, levando em consideração o momento em que estão escrevendo e a utilização ou não dessas teorias ou ideias pelo governo. Para lograr tal objetivo, o trabalho está estruturado em duas partes principais: o período da Primeira República e, mais especificamente, alguns elementos das ideias de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues; e em um segundo momento, o primeiro governo de Getúlio Vargas e, mais especificamente, o papel dos intelectuais, assim como os instrumentos utilizados pelo governo para criar ou (re) criar a *Comunidade Imaginada* brasileira. Ademais, cabe dizer que o trabalho não tem o objetivo de apresentar todas as ideias dos autores selecionados mas apenas alguns elementos que servirão de base para demonstrarmos o objetivo do trabalho que é refletir o modo como o nacional foi pensado por intelectuais selecionados e se possível, posteriormente, entender a relação do que foi pensado e do que foi utilizado pelo governo nos diferentes períodos.

### **Um projeto para o Brasil: o "Ser nacional"**

*O brasileiro ficou quase um retardado do português. A natureza como agente de transformação, pouco há feito para alterá-lo, tendo a lutar contra a estreiteza do tempo e a civilização europeia. O caboclo [índio], tipo quase perdido, que se vai esvaecendo cada vez mais, mui fracamente contribuiu também nesse sentido. O africano, rebelde aos progressos intelectuais, tem alterado, sem vantagem, nossa fisionomia pretérita. Do consórcio, pois, de velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, o "mais belo país do mundo". É necessário buscar na história as condições de sua cultura, de sua civilização (ROMERO, 1938, p. 75).*

Segundo Lilia Schwarcz (1994), os anos 1870 serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma tensa. Entre os diversos aspectos que poderiam ser mencionados, destacamos: por um lado, 1871 como o ano chave da desmontagem da escravidão a partir da Lei do Ventre Livre a qual anunciava a derrocada do regime de trabalho; por outro lado, a década é entendida como o marco para a história das ideias no Brasil, com a entrada de um novo ideário positivo-evolucionista contemporânea ao modelo liberal de atuação política e concepção do Estado; e por fim, o momento selecionado compreende o amadurecimento de alguns centros de pesquisa nacionais como os institutos históricos, museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina, entre outros (p.14). As personagens destas instituições, mistos de cientistas, políticos, literatos, tomaram para si não só o que ou quem representava a nação brasileira, assim como o destino da mesma. Nesse sentido, tomemos como objeto de estudo Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, buscando identificar traços em comum de suas formulações assim como as representações e as problemáticas das mesmas quando trataram do “Ser nacional”.

Entre os “traços” em comum, podemos iniciar este breve estudo considerando a influência de, pelo menos uma das três, teorias elaboradas na Europa em meados do século XIX: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer. Segundo Ortiz (2006), ainda que distintas entre si, essas teorias podem ser consideradas sob um aspecto comum: o da evolução histórica dos povos. De certa forma a “superioridade” e “hegemonia” europeia orientariam a história dos povos, sendo sustentadas pelo evolucionismo.

A influência de teorias consideradas por alguns autores como “importadas” apresentou um dilema aos intelectuais quando identificaram uma defasagem entre a teoria e a realidade brasileira, o que consolidou a necessidade de se retomar a ideia ou a construção da identidade nacional. Paradoxalmente, a introdução dos novos ideários científicos também expunha as fragilidades e especificidades de um país tão miscigenado. Nesse sentido, as teorias científicas apresentariam novos contornos e peculiaridades das teorias importadas e tentariam explicar o “atraso”

brasileiro para que se pudesse projetar o Brasil e a constituição de um povo ou de uma nação.

Considerando a influência das teorias, os intelectuais selecionados basearam-se, principalmente, nos seguintes argumentos para justificar o “atraso” da sociedade brasileira: o meio e a raça. Nesse sentido, a compreensão da natureza e dos acidentes geográficos combinados aos efeitos das raças esclareciam assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Ao mesmo tempo, os intelectuais afirmavam que o Brasil não poderia mais ser uma “cópia” da metrópole, pois o país era distinto da Europa do ponto de vista geográfico e racial.

Cada um dos intelectuais formularam ideias distintas, com particularidades inclusive pelas áreas em que estavam inseridos, baseados em uma interação de elementos que consideraram fundamentais: o meio e a raça. Sílvio Romero (1851-1914) em *História da Literatura Brasileira* (1960) enunciava que embora, o historiador inglês, Buckle fosse verdadeiro na pintura que fez do atraso do Brasil, não soube determinar os fatores do mesmo, deixando a interpretação incompleta. Segundo Romero (1960), os fatores determinantes para o atraso seriam primários ou naturais, secundários ou étnicos e terciários ou morais. Ademais, dever-se-ia considerar que a história do Brasil era de um tipo “novo”- o mestiço- resultante de cinco fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. Por essa razão escreveu: “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias” (p. 53-54).

Sílvio Romero enunciava que “na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração europeia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. É conhecida, por isso, a proverbial tendência do pardo, do mulato em geral, a fazer-se passar por branco, quando sua cor pode iludir” (p. 20). Por essa razão, Romero (1960) acreditava que o Brasil não tinha que contar com índios ou negros pois as futuras gerações brasileiras, se soubessem aproveitar a colonização alemã, constituiriam um povo misto, podendo ser superiores aos seus antecessores.

Como se nota, o “ideal” nacional era algo a ser realizado no futuro, ou seja, no processo do branqueamento da sociedade brasileira.

Dante Moreia Leite (2002) escreve que como Sílvio Romero, Euclides da Cunha (1866-1909) também tentou escrever uma filosofia da história do Brasil considerando a “verdadeira pintura”, ainda que incompleta, de Buckle e os elementos fundamentais: o meio e a raça. Desse modo, não é por acaso que *Os Sertões* (2006) inicia com dois capítulos longos sobre a Terra e o Homem. Ademais, Ortiz (2006) ressalta que o nordestino só era forte na medida em que se inserisse no meio inóspito ao florescimento da civilização europeia, sendo que suas deficiências proveriam do descompasso em relação ao mundo ocidental e sua força na aventura de domesticação da caatinga (p. 18).

Com relação ao mestiço, Euclides da Cunha admitia que a “mistura das raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial” - o que se explicaria pelo fato do mestiço apresentar “revivescência dos atributos primitivos” das raças inferiores. Portanto, o mestiço- “traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares”- é um intruso que, “nessa concorrência admirável dos povos”, não lutou ou conquistou lugar algum. No entanto, procurou cruzar-se com a “raça superior” para apagar na descendência os sinais de sua inferioridade (p. 175-176). Segundo Berthold Zilly (1999), para Euclides da Cunha, o sertão aparece como cadinho das raças, viveiro de um tipo genuinamente brasileiro, possível matriz da nação, cujo futuro sugerido é o que virá talvez do interior. Desse modo, em termos étnicos, o sertão, atrasado, bárbaro, marginalizado, de repente se apresenta como avantajado em relação ao resto do Brasil, porque produziu uma raça forte, intacta, sadia, desenvolvível (p.24). Schwarcz (1994) menciona que esse tipo antropológico, no âmago do Brasil, revelaria uma civilização que não fosse “emprestada” ou “fora do lugar” (p.241).

Neste breve panorama sobre alguns intelectuais que buscaram escrever uma filosofia sobre a história do Brasil, dos brasileiros, sobretudo incluindo a questão do meio e das raças, deve-se mencionar Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Em seu livro *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894), o autor

sustenta a tese de que as raças inferiores- negros e índios-, bem como os mestiços não poderiam ter o mesmo tratamento no Código Penal pois tendo mentalidade infantil- baseava-se em Spencer para justificar que isso se dava pelo menor desenvolvimento do cérebro-, não conseguiriam ser responsáveis tanto quanto as raças superiores. Ademais, enunciava temas como: o temor de que o Sul do Brasil colonizado por brancos- de onde o negro acabaria por ser eliminado- se oponha ao Norte, uma região dominada pela “inércia e indolência, o desânimo e por vezes a subserviência” dos mestiços, embora demonstrassem a “turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta”; o Brasil “caindo no barbarismo da América Central” ao invés de acompanhar a “exuberante civilização canadense e norteamericana”; e por fim, era contra a imigração dos negros norteamericanos para o Brasil, sendo um “atentado contra a nossa nacionalidade” (Ibidem, p. 18-19). Nina Rodrigues entendia o “mestiçamento” da população brasileira como algo complexo, que estava em via de formação, isto é, acreditava que ainda não se poderia falar de uma raça mestiça única, capaz de configurar como individualidade antropológica ao lado das três raças puras primitivas (1894, p. 196).

Retomando a questão étnica, Sílvio Romero (1960) colocava como conclusão de seus estudos que o “*elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração europeia, que promete continuar*” (p. 28). Ao constatar uma distribuição geográfica desigual dos negros, brancos e índios e ao conceber adaptabilidades diferentes das raças aos diferentes climas do país, Nina Rodrigues rejeitou a possibilidade de uma homogeneização racial dos habitantes do país (1894, p. 101): “*Não acredito na unidade ou quase unidade ethnica, presente ou futura da população brasileira*”. Nesse sentido, o pensamento de Nina Rodrigues colocava em xeque a ideia de branqueamento de Sílvio Romero.

No final do século XIX, o “ideal” do branqueamento traduzir-se-ia em medidas políticas concretas. As “teses” do branqueamento, mais naturalizadas do que no período colonial, transformaram-se em discurso e prática da política oficial por meio da política de imigração. Exemplo disso é que no Congresso debatiam-se não

apenas formas de incentivar a imigração europeia como também foram apresentados projetos que proibissem a imigração de africanos e de asiáticos (Decreto Lei 1890 apud Lesser, 2001, p.63). Segundo Skidmore (1989) foram mais de 3,5 milhões de imigrantes (italianos, portugueses, espanhóis, alemães) que entre 1870 e 1920 tomaram residência no Brasil (p.160).

De acordo com Petrônio Domingues (2001), o modelo ideal representado pelo branco atuou nas mais diversas esferas do comportamento do negro passando pelos hábitos, tradições, costumes e até mesmo pela estética. Nesse sentido, o padrão de beleza europeia foi propagado pela imprensa, na década de 1920, com os produtos “cabelisador” e “a’s damas de leite”, o melhor creme para “esterilizar a cútis, branquear”. Desse modo, Schwarcz e Queiroz (1996) retoma o momento da “redescoberta” da nação e os “obstáculos”- aborígenes, africanos e mestiços- considerados por alguns intelectuais para que o país atingisse o esplendor da civilização, identificados como uma barreira para a formação de uma verdadeira identidade nacional.

A ideia e o futuro do nacional construída na Primeira República não perdurou ao longo das décadas, sofrendo adaptações ou mudanças a partir da década de 1930. Como disse um professor da Faculdade de Direito de Recife em 1927: “*tudo mudou, o tempo mudou, o espírito não podia ficar o mesmo*”, portanto, retomemos alguns elementos do que se imaginou do nacional e do Brasil.

### **O Brasil como projeto: o Ser Nacional no governo de Getúlio Vargas**

De acordo com Mônica Veloso (1987), a estrutura patriarcal e autoritária do Brasil e a própria condição de “país periférico” reforçou a função dos agentes da consciência e do discurso. Na década de 1930 alguns intelectuais passam a direcionar a sua atuação para o âmbito do Estado, que será considerado como o cerne da nacionalidade brasileira. Este corporificava a ideia de ordem, organização e unidade necessárias para a representação superior da ideia de nação.

O período do Estado Novo é interessante para a análise da relação entre os intelectuais, a política cultural e o Estado, pois revelou-se uma inserção efetiva deste grupo social na organização político-ideológica do regime e, mais do que isso, uma

participação em um projeto “político-pedagógico”, destinado a popularizar, difundir a ideologia do regime e conseqüentemente, (re) criar a ideia que se tinha da identidade brasileira e do povo como nação. Dentro deste projeto, destacam-se o Ministério da Educação, sob a direção de Gustavo Capanema e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a direção de Lourival Fontes, objeto deste trabalho.

Segundo Ludwig Lauerhass (1986), o nacionalismo brasileiro foi importante na medida em que se preocupou com a procura da identidade nacional, isto é, em que consistia a nação brasileira, quem eram os brasileiros e o que os caracterizava. Por outro lado, Scharzman *et al* (1984) destaca que o modelo do nacionalismo brasileiro buscava transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade moral, política e econômica cujos fins se realizariam no Estado. Nação e Estado construiriam em um só tempo a nacionalidade, como podemos observar no discurso de Getúlio Vargas no Primeiro de Maio de 1938:

*Um país não é apenas uma aglomeração de indivíduos em território, mas é, principalmente, uma unidade de raça, uma unidade de língua, uma unidade de pensamento. Para se atingir esse ideal supremo, é necessário, por conseguinte, que todos caminhem juntos em uma prodigiosa ascensão... para a prosperidade e para a grandeza do Brasil (VARGAS apud CAPELATO, 2009, p.32).*

Ademais, o Estado penetraria nos domínios da sociedade civil assumindo o papel de direção e organização da sociedade. Nesse sentido, se autoelege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o “bem público” o móvel de sua ação (OLIVEIRA *et al*, 1982, p. 72). A questão da cultura passaria a ser concebida em termos dessa “organização política”, isto é, o Estado criaria aparatos culturais próprios que estariam destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo a sociedade.

Segundo Mônica Veloso (1987), a “revolução literária” estaria completa com a “revolução política” do Estado Novo, cujo objetivo era o combate dos modelos políticos tidos como “alienígenas”, como o liberalismo e o comunismo. Cabe mencionar a mudança do papel do intelectual brasileiro para a (re) construção do sentimento e da nação brasileira: *Os ideólogos estadonovistas, alegando que o*

*Estado liberal separara o homem, cujo domínio é o da cultura, do cidadão, cujo domínio é o da política, defendiam a necessidade de unificar as esferas política e social mediante o estabelecimento de uma “cultura política”* (CAPELATO, 2009, p. 101).

No âmbito literário, o Estado Novo aparece como o Estado nacional, capaz de integrar as diversidades, trazendo-as para o conjunto. De acordo com Veloso (1990), a partir dessa perspectiva, o regime passa a incentivar os intelectuais a escreverem sobre as origens da nação. Portanto, as diferenças existentes entre as várias regiões brasileiras passariam a ser entendidas como partes de uma totalidade corporificada pela nação, sendo necessário extrair do singular apenas os elementos capazes de informar o conjunto.

O momento foi propício para o surgimento de livros como *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, oferecendo um novo olhar sobre a mestiçagem brasileira – não mais negativo, celebrando a singularidade da mestiçagem; *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, resgatando o passado brasileiro e trazendo um termo que será muito utilizado posteriormente, “o homem cordial” – não no sentido positivo, não no “endeusamento” das virtudes brasileiras, mas significando o contrário de polidez; e *A evolução política do Brasil* (1933) de Caio Prado Júnior, embora suas obras mais famosas sejam *História Econômica do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*. Como assinala Fernando Henrique Cardoso em uma aula magna sobre os *Livros que inventaram o Brasil* (1993), estes três autores foram fundamentais para a história brasileira, pois procuraram dar uma resposta sobre a nossa identidade, sobre as condicionalidades da história e do futuro do país.

De acordo com Renato Ortiz (2006), ao retrabalhar a problemática da cultura brasileira ligada ao “mito das três raças”, Gilberto Freyre oferece ao brasileiro uma “carteira de identidade”. O autor destaca que nos anos 1930 procura-se transformar radicalmente o conceito do homem brasileiro e, por essa razão, a ambiguidade da identidade do “Ser nacional” não poderia resistir mais tempo. O que se nota é uma transformação cultural profunda para a adequação da mentalidade às novas

exigências de um “Brasil moderno”. Um dos marcos do período é que a partir destes autores e das interpretações que foram aceitas, o mestiço tornava-se nacional. Por essa razão, é interessante mencionar o que Lilia Schwarcz (1994) escreveu a respeito da nossa identidade, da mestiçagem e o que os anos 1930 e 1940 representaram. A partir da década de 1930, os elementos que eram tomados como tipicamente de escravos, passam a fazer parte do cotidiano, como é o caso da Feijoada, da Capoeira, do Samba e do Candomblé.

Nesse contexto também cabe mencionar a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, sob a direção de Lourival Fontes. O Departamento abarcaria os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, turismo e imprensa, cujo objetivo era o de “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa”. Também era responsável pela organização e coordenação de manifestações cívicas, festas patrióticas e demais eventos que interessassem ao governo. Com relação ao papel do intelectual no Estado Novo, cabe mencionar duas revistas oficiais criadas pelo DIP: *Cultura Política* sob a direção de Almir de Andrade e a *Ciência Política* sob a direção de Paulo Filho e Pedro Vergara.

Maria Helena Capelato (2009), mencionando Mônica Veloso, escreve que a primeira foi concebida como revista de estudos brasileiros, encarregada de definir o rumo das transformações político-sociais, congregando os intelectuais de maior projeção, produtores do discurso autoritário como Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos. Ademais, a revista aceitaria “qualquer” tipo de colaboração, independente do cunho ideológico:

*A identidade nacional deveria sobrepor-se as divergências: “elementos das mais diversas correntes literárias, artísticas e científicas se encontram aqui representados, pois esta revista não tem partidos e há de procurar sempre espelhar tudo o que é genuinamente brasileiro” (CULTURA POLÍTICA apud OLIVEIRA et al, 1982, p. 78).*

No entanto, as coordenadas do discurso são fornecidas por intelectuais de renome que, de algum modo, se encontravam diretamente vinculados ao aparelho do Estado pelos cargos que ocupavam ou tinham participação efetiva na montagem

do projeto ideológico. A partir da revista *Cultura Política* é possível ter uma dimensão da eficiência do Estado na montagem do “projeto cultural” brasileiro.

A segunda que se auto definia “escola de patriotismo” voltava-se para a difusão dos ensinamentos do Estado Novo onde atuavam os “intelectuais médios” como Pedro Vergara, Sabóia Lima, Humberto Grande, Lineu de Albuquerque, entre outros, que se encarregavam de decodificar o discurso produzido pelos ideólogos do Estado Novo. A revista aceitava a colaboração dos intelectuais, sem excluir a colaboração de outros elementos que desejassem expor as suas ideias a respeito dos problemas nacionais. Ademais, segundo Mônica Veloso (1982), a linguagem relativamente simples que utiliza, o tom do discurso mais diretamente mobilizador e a participação expressiva dos elementos não diretamente ligados as atividades intelectuais permitia delinear um público mais amplo.

Em torno da questão da cultura popular e da busca da brasilidade essas revistas foram importantes quando se analisa o discurso produzido. Este que estreitava a conexão do individual e coletivo, mostrando o Estado como corporificação do indivíduo, do seu “subconsciente”, que contém as verdadeiras reservas da brasilidade, tendo o passado como fonte. Segundo Mônica Veloso (1982), o discurso explicita a existência de uma “alma nacional” latente e de um projeto político presente intuitivamente na realidade brasileira:

*Dentro de tal perspectiva, o Estado Novo possibilitaria ao brasileiro recuperar o seu “tempo perdido” e à nação adquirir sua verdadeira fisionomia (...). Em nome do “realismo”, da “objetividade” e do “bom senso”, o discurso estado-novista defende a instauração de um “novo” nacionalismo, que se contrapõem ao ideário liberal. Este novo nacionalismo seria orgânico, ao ligar o presente e o passado, respeitando as tradições, os costumes, raã; enfim, orgânico porque de acordo com a “alma nacional” (OLIVEIRA et al, 1982, p. 84).*

Portanto, os intelectuais foram porta-vozes dos “verdadeiros” anseios da sociedade, corporificando e dando forma ao “subconsciente coletivo”. A partir do discurso procurou-se enfatizar a “coincidência de interesses” e a possibilidade de se entregar, pois: *“o que fez, o que projeta e o que realmente realiza é sempre um prolongamento da vontade do Estado, porque a vontade do Estado é a vontade do povo”* (OLIVEIRA et al, 1982, p. 95).

## Considerações Finais

*O Brasil não nos quer! Está farto de nós!  
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.  
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão brasileiros?*  
Carlos Drummond de Andrade, "Hino Nacional".

As reelaborações sucessivas mostram como a sobrevivência simbólica dos indivíduos e das coletividades dependem da manutenção de referências identitárias e dos interesses envolvidos. Concordamos com Bauman (2005) e Hall (2006) quando afirmam que as identidades inventadas e construídas estão em movimento, isto é, em contínua transformação. Desse modo, as identidades e as ideias de quem fará parte das mesma (nacional) são constantemente readaptadas e resignificadas pois precisam fazer sentido para a nação que esta envolvida.

Este trabalho ilustra uma pequena parte da vastidão de ideias, de representações e de estudos sobre o Brasil e os brasileiros. Como reflexão é interessante pensar em que medida alguns dos elementos sugeridos como nacionais e que permaneceram mesmo após o governo de Getúlio Vargas ainda fazem sentido, isto é, a identidade que foi pensada ainda faz sentido ou precisaria ser repensada a partir do que somos e não do que fomos acostumados a ser? Ademais, que elementos seriam selecionados para determinar o Brasil, Brasil?

## Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que Inventaram o Brasil. *Novos Estudos Cebrap* 37: 21-3-5, novembro de 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- DOMINGUES, José Petrônio. *Uma História Não Contada*. Negro, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição em São Paulo (1889-1930). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- LAUERHASS, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1986.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: UNESP, 2002.
- LESSER, Jeffrey. O hífen oculto. In: *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minoria e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- MEIRELES, Cecília. Samba e Educação. *A Manhã*. Rio de Janeiro: 18 de janeiro de 1941, p.9.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELOSO, Mônica Pimenta; CASTRO GOMES, Ângela Maria de. *O Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Imprensa Popular, 1894.
- ROMERO, Silvio. A literatura brasileira e a crítica moderna. In: MENDONÇA, C.S.de. *Silvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- \_\_\_\_\_. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. O Complexo de Zé Carioca. Sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem. In: *XVIII Reunião Anual da ANPOCS*, 1995, Caxambu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 1994. v. 29. p. 53-75.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. EDUSP/Estação Ciência: São Paulo, 1996.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VELOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.
- ZILLY, Berthold. "Sertão e Nacionalidade: Formação Étnica e Civilizatória no Brasil Segundo Euclides da Cunha". In *Estudos — Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n.º 12 de abril de 1999.



International Congress of History  
Congreso Internacional de Historia

**VI CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTORIA**

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)  
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.396